

## SERVIÇO SOCIAL, MUDANÇAS CLIMÁTICAS E POLÍTICAS INTERSETORIAIS

### **Claudia Regina Tenório Monteiro**

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7790-1163>

Faculdade Focus, Pós-graduação Serviço Social e Meio Ambiente,  
EAD, Cascavel/PR - Brasil  
[pra.monteiro@hotmail.com](mailto:pra.monteiro@hotmail.com)

### **Bruno Bernardo de Jesus**

Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-2326-4322>

Faculdade Focus, Pós-graduação Serviço Social e Meio Ambiente,  
EAD, Cascavel/PR - Brasil  
[bruberj@hotmail.com](mailto:bruberj@hotmail.com)

### **Cristiane Alacoque da Silva**

Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-0716-9528>

Faculdade Focus, Pós-graduação Serviço Social e Meio Ambiente,  
EAD, Cascavel/PR - Brasil  
[crisalacoque@gmail.com](mailto:crisalacoque@gmail.com)

### **João Gabriel Gama da Costa e Silva**

Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-5384-7395>

Faculdade Focus, Pós-graduação Serviço Social e Meio Ambiente,  
EAD, Cascavel/PR - Brasil  
[1984gdces@gmail.com](mailto:1984gdces@gmail.com)

### **Regiane Paz Landim de Sousa**

Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-2070-172X>

Faculdade Focus, Pós-graduação Serviço Social e Meio Ambiente,  
EAD, Cascavel/PR - Brasil  
[regianelandinho@gmail.com](mailto:regianelandinho@gmail.com)

**Recebido em: 24/04/2026**

**Aceito em: 04/05/2026**

**Resumo:** A crise climática evidenciou como a questão social e a questão ambiental são originadas das relações presentes no modo de produção capitalista. A partir dos estudos realizados percebeu-se que tal cenário impacta ainda mais as políticas intersetoriais, já sucateadas pela agenda neoliberal. Assim, com o pressuposto que os fenômenos advindos das mudanças climáticas lançam uma necessidade, de se pensar em estratégias que abarquem as especificidades dos grupos mais vulneráveis da sociedade. A partir da técnica de levantamento de dados, mergulhou-se na literatura acadêmica, de cunho eco marxista para formular reflexões teóricas, do Serviço Social, bemz como o texto das políticas públicas brasileiras. As análises perceberam os desafios para a formação profissional, preparar profissionais para atuar nesta perspectiva, sobretudo para composição de um conhecimento interdisciplinar para dar conta das complexidades dos contextos.

**Palavras-chave:** Serviço Social; Mudanças climáticas; Políticas Intersetoriais.

## **SOCIAL WORK, CLIMATE CHANGE AND INTERSECTORAL POLICIES**

**Abstract:** The climate crisis has highlighted how social and environmental issues originate from the relations inherent in the capitalist mode of production. From the studies conducted, it was observed that this scenario further impacts intersectoral policies, already undermined by the neoliberal agenda. Thus, based on the premise that phenomena resulting from climate change create a need to consider strategies that encompass the specificities of the most vulnerable groups in society. Using a data collection technique, an in-depth examination of academic literature with an eco-Marxist approach was conducted to formulate theoretical reflections in Social Work, as well as an analysis of Brazilian public policy texts. The analyses identified challenges in professional training, preparing professionals to work from this perspective, particularly in developing interdisciplinary knowledge to address the complexities of the contexts.

**Keywords:** Social Work; Climate Change; Intersectoral Policies.

### **INTRODUÇÃO**

O Serviço Social brasileiro, especialmente a partir da década de 1980, passou por uma profunda reformulação teórica e prática, culminando na consolidação de um projeto ético-político comprometido com a transformação social. Este projeto, fundamentado em princípios como a justiça social, a democracia, os direitos humanos e a emancipação, orienta a atuação profissional em diversas áreas, incluindo a ambiental. A crescente complexidade das questões socioambientais no Brasil exige uma abordagem interdisciplinar e crítica, na qual o Serviço Social tem papel relevante.

A atuação do Serviço Social na área ambiental ainda é um campo em construção, mas já apresenta avanços significativos. A crise ambiental contemporânea, marcada pela degradação dos ecossistemas, mudanças climáticas e injustiças socioambientais, afeta diretamente populações vulneráveis, ampliando desigualdades sociais. Nesse contexto, o assistente social é chamado a intervir de forma crítica e propositiva, articulando políticas públicas, educação ambiental, gestão de riscos e promoção da justiça ambiental.

A interface entre o projeto ético-político e a questão ambiental se dá, sobretudo, pela defesa de um modelo de desenvolvimento sustentável e inclusivo, que respeite os direitos coletivos e promova a participação popular. Entre os principais desafios para

a consolidação da atuação do Serviço Social na área ambiental estão a formação profissional, a interdisciplinaridade e o reconhecimento institucional.

A perspectiva crítica do Serviço Social contribui para uma leitura ampliada da questão ambiental, que não se limita aos aspectos ecológicos, mas incorpora as dimensões sociais, econômicas, culturais e políticas. Por isso, o enfrentamento dos efeitos das mudanças climáticas também precisa ser encarado a partir da intervenção do poder público e a construção teórica precisa conjugar saberes de diferentes campos do como frutos da sociedade capitalista.

As mudanças climáticas implicam em fenômenos diversos, tais como: eventos climáticos extremos, inundações, ciclones/furacões, seca/calor extremo, poluição do ar e outros desequilíbrios ambientais, o que significa que gera impactos singulares ante os contextos já existentes de contradições e sucateamento das políticas públicas. O próprio Painel Intergovernamental sobre mudanças climáticas, o PICC já havia recomendado a adoção de medidas preventivas e de remediação bem como o Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas (Gois; Verge, 2025).

A abordagem desenvolvida neste artigo, busca dar conta do atravessamento das demandas postas ao Serviço Social pelos fenômenos oriundos das mudanças climáticas e como pode se dar essa intervenção por meio das políticas intersetoriais, sobretudo as políticas públicas sociais, pensadas para responder às manifestações da questão social.

O percurso para tal construção reflexiva buscou referências para além do círculo profissional, visto que é um debate interdisciplinar, conduzindo aos assistentes sociais e estudiosos do Serviço Social a superar o corporativismo e o isolamento acadêmico, mas adentrar o extramuros da profissão, para dialogar com outras áreas do conhecimento e com os movimentos sociais (Iamamoto, 2007).

Então, é um debate que interessa muito ao serviço social, sobretudo nessa articulação entre vulnerabilidade e os eventos climáticos porque o assistente social termina atuando junto às populações atingidas, viabilizando o serviço básico disponível, os direitos fundamentais, seja durante e após a crise. O serviço social traz uma prestação de serviço de alívio e mitigação da crise para essas populações.

## **METODOLOGIA**

O percurso metodológico para elaboração do artigo desenvolveu-se em meio aos procedimentos pedagógicos do Curso de Pós-graduação em Serviço Social e Meio Ambiente. A atividade de levantamento bibliográfico foi fundamental para a sistematização e construção da revisão da literatura. textos foram mapeados considerando a temática central da Pós-graduação, utilizando-as como palavras-chave dentro de bases de periódicos científicos.

A pesquisa foi realizada entre os meses de agosto e outubro de 2025. A triagem dos artigos encontrados nas bases de dados foi realizada adotando os seguintes critérios: 1) Tipos de publicações, considerando as publicações tidas como relevantes; 2) Idioma: Foram considerados apenas artigos na língua portuguesa; 3) Área de pesquisa: Foram considerados apenas artigos publicados relacionados a área socioambiental; 4) Título: Os artigos foram analisados verificando o alinhamento do título à área de pesquisa; 5) Ano da publicação filtrando os últimos anos, além da literatura do Serviço Social.

A partir desta etapa, foi iniciada a análise crítica e extração de dados dos artigos lidos. Os textos acadêmicos científicos subsidiaram as análises a partir do pressuposto que articulava Política intersetorial, Serviço Social e Mudanças Climática

## **POLÍTICAS INTERSETORIAIS E MUDANÇAS CLIMÁTICAS**

A questão social é multideterminada, e que perpassa também pela área ambiental, sendo que isso não vai ficar tão claro no primeiro momento. O socioambiental surge basicamente a partir dos anos 70, quando a academia está produzindo conhecimento a partir da escola marxista.

Segundo Castels (1998), o processo de cristalização da questão social é expresso por meio da desestabilização dos estáveis, Instalação da precariedade dos mais jovens que alternam períodos de atividades, de desemprego, trabalho temporário e

ajuda social e Deformação dos sobrantes, nova categoria social constituídas pelos que não têm vê, nem lugar na sociedade.

Para lamamoto (2007) explica que a questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário.

[...] conjunto de expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mante-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (lamamoto, 2007, p. 27).

A questão ambiental é reconhecida atualmente como uma problemática de caráter predominantemente social, político e no âmbito mundial. A questão socioambiental deve ser expandida para além da ideia de preservação das áreas naturais, como resultado de uma análise das desigualdades sociais na atualidade.

As leituras de preservação da natureza, neste viés, mostraram comprometimento com o econômico, mas a verdadeira denúncia de que algo não estava bem e que precisava de atenção, veio em 1962 com o documentário Primavera Silenciosa, de Rachel Carson, que trouxe um alerta sobre o uso de pesticidas. E o fato também, de que diferentes saberes se voltavam, praticamente entre as décadas de 60 a 80, para os grandes acidentes ambientais.

Inicialmente, era uma matéria das ciências geofísicas naturais e das engenharias, mas à medida que passam a ser entendido como fenômeno social, principalmente a partir da visão de Quarantelli (2015), que defendeu que os desastres deveriam ser estudados pela sociologia e pelas ciências humanas de uma forma em geral. Dentro do serviço social, antes de 1990, não se trabalhava o meio ambiente, na verdade, na América Latina não se tinha estudos de serviço social relativo ao meio ambiente, o que muda quando a Organização das Nações Unidas, que designou o ano de 1990 como a década internacional para redução de desastres.

O Brasil também seguiu essa tendência. Entre 1990 e 2012 foram registradas 38.996 ocorrências no país, sendo que só 8.515 aconteceram em 1990, enquanto os demais seguiram uma escala decrescente de 22% no ano 2000 e fechando com 56% (Avila, Mattedi; Silva, 2017). Significa que apenas três anos tiveram um

aumento de 40% do número das ocorrências. Então, os dados realmente revelam aquilo que é um comportamento da natureza que tem impactado o modo de vida, sobretudo das populações mais empobrecidas, porque, como lembram os autores, essas populações em geral, quase sempre, estão em áreas que também são vulneráveis ecologicamente.

Então, é dentro desse marco que se tem a percepção que tem uma crise, primeiramente social, já preexistente pelas próprias contradições que existem dentro dessa organização, e que também tem uma crise ambiental. E que essa crise ambiental ainda tem o agravamento de atingir não apenas os públicos mais vulneráveis, porém são os mais suscetíveis, por estarem também sujeitos àquilo que são essas expressões que a questão social, o que caracteriza a desigualdade socioambiental.

A crise ambiental gera contextos sociais que são desafiadores para vários saberes, como a geologia, a geografia, a economia, até o serviço social, que é uma profissão que se ocupa de pensar e de atuar no enfrentamento da questão social. Para dar conta desta relação entre o ambiental e a questão social, a literatura vem utilizando o termo Socioambiental, que

[...] encerra em si toda uma complexidade, que está além do econômico, exigindo ser pensada a partir de uma totalidade que compreende diferentes dimensões da realidade social, moldada pelas relações do capital. Sendo manifestação da questão social, mas que tem uma interface com o meio ambiente. Assim, uma definição do socioambiental é resultante dos processos engendrados pelo capital, que impacta não somente a vida das pessoas e suas relações, mas também o lugar aonde e como elas vivem (Monteiro, 2023, p. 21).

Não é apenas um instrumento, que pode ser utilizado, mas é resultante de processos que são engendrados dentro das relações sociais. E por isso deve ser pensado articulado às políticas. Em especial as políticas sociais, que se ocupam de pensar na proteção para as populações mais empobrecidas, e mais expostas à degradação ambiental. Então, se a política de saúde, de assistência social, saneamento, não traz uma oferta daquilo que é a melhoria da qualidade de vida dessas populações, se está empurrando-as para as injustiças socioambientais.

A situação fica ainda mais séria quando se tem a política social completamente esvaziada de um componente ambiental. É como se estivessem separados. Porém claro, que existe um atravessamento do socioambiental nas políticas. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 6º, define direitos sociais, e no artigo 225 estabelece o direito de todos a um meio ambiente equilibrado. Isso demonstra que não há cidadania plena sem a garantia concomitante de direitos sociais e ambientais.

Com o objetivo de reduzir as emissões de gases de efeito estufa e promover a adaptação às mudanças climáticas em 2009 foi instituída a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), ela foi instituída pela Lei nº 12.187/2009, que estabelece também princípios, instrumentos e objetivos que visam orientar as ações do Brasil no combate ou enfrentamento das mudanças climáticas. Além de ter como objetivo central o desenvolvimento sustentável, produzindo crescimento econômico com redução de gases na atmosfera (Brasil, 2009).

Os instrumentos definidos por essa política são o Plano Nacional sobre Mudança do Clima, os setoriais de mitigação e adaptação, o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima e o Sistema Nacional de Informações sobre Mudança do Clima. Pode-se exemplificar como Planos Setoriais de Mitigação: Agricultura e pecuária, Uso da terra e florestas; Cidades e mobilidade urbana; Energia; Indústria e mineração; Resíduos e Transportes. Exemplos de Planos Setoriais de Planos setoriais de adaptação: Agricultura e pecuária; Biodiversidade; Cidades e mobilidade urbana; Gestão de riscos e desastres; Indústria dentre outros (Brasil, 2009).

Sendo assim, de modo amplo a política tem como meio integrar governo, setor produtivo, e sociedade civil através de ações coordenadas que visam contribuir para redução da emissão de gases e aumento da habilidade de resistir e fortalecer capacidade de adaptação climática no País (Brasil, 2009).

No que tange a Educação ambiental, onde mais os profissionais de Serviço Social vêm atuando, faz-se necessário conhecer a Política Nacional de Educação Ambiental, (PNEA), instituída pela Lei nº 9.795/99, que define a educação ambiental como um processo contínuo e multidisciplinar que busca à formação de uma conscientização da sociedade sobre as questões ambientais em suas mais variadas facetas. A política busca promover a sustentabilidade, a cidadania e a ética

ambiental, incentivando diálogo entre a comunidade e os mais variados setores (Brasil, 1999).

Esta Lei estabelece que a educação ambiental deve estar presente em todos os níveis e modalidades de ensino, define a atuação do SISNAMA (Sistema Nacional de Meio Ambiente), a forma de colaboração dos meios de comunicação em massa, das empresas e da sociedade como um todo. Nela, norteia-se como será a execução da PNEA e estabelece princípios básicos e objetivos fundamentais da educação ambiental. Por sua vez, no Decreto nº 4.281/02, que regulamenta a Lei nº 9.795/99, é detalhada a implementação da PNEA, atribuindo responsabilidades aos órgãos federais, estaduais e municipais, bem como às instituições educacionais e à sociedade civil. Ressalta-se que também destaca a importância da capacitação de educadores e da produção de conhecimento científico sobre o tema (Brasil, 1999).

Gois e Verge (2025) analisando a preservação da biodiversidade reconhecem que “[...] embora o Brasil disponha de um vasto arcabouço legal para a proteção ambiental, há fragilidades normativas na integração entre políticas climáticas e conservação de espécies ameaçadas” (Gois; Verge, 2025, p. 1).

É necessário considerar a dimensão ambiental também nas ações, programas e nos projetos para fortalecer essa integralidade na cobertura e proteção para as populações. Quando se pensa, por exemplo, que a política assistência social precisa não apenas gerir a provisão, acolhida, a proteção, o teto, a segurança, mas precisa fazer tudo isso de uma forma sustentável, precisa fazer tudo isso sem impactar nem o meio ambiente, nem comprometendo um modo de vida sustentável para as pessoas.

À título de exemplo, abaixo destaca-se algumas das provisões forjadas políticas setoriais para o enfrentamento das situações relacionadas às mudanças climáticas:

Assistência Social: Acolhimento emergencial (abrigos temporários, centros de convivência)/cadastro e identificação das famílias atingidas (CadÚnico)/inserção em programas de transferência de renda (ex: Bolsa Família)/distribuição de benefícios eventuais (auxílio aluguel, cestas básicas, kits de higiene)/fortalecimento de vínculos familiares e comunitários/articulação com SUAS e Defesa Civil.

**Trabalho e Renda:** Programas de emprego temporário em obras de reconstrução/apoio a pequenos produtores rurais atingidos/linhas de crédito emergencial para autônomos e microempreendedores/cursos de capacitação para reinserção no mercado de trabalho.

**Direitos Humanos:** Garantia de atendimento humanizado e não discriminatório/atenção a grupos vulneráveis (mulheres, crianças, idosos, PCDs, povos indígenas, comunidades tradicionais)/defesa do direito à moradia, saúde e ambiente saudável/ouvidorias para denúncias de/violações de direitos. Participação social nos processos de reconstrução.

**Habitação:** Garantia de abrigos provisórios seguros. Reconstrução e/ou reforma de moradias afetadas. Regularização fundiária para famílias em áreas de risco. Programas habitacionais emergenciais (Minha Casa Minha Vida/Entidades). Zoneamento urbano para prevenir ocupações de risco.

**Saúde:** Atendimento de urgência e emergência/prevenção de surtos e epidemias (água contaminada, leptospirose, dengue)/acompanhamento de saúde mental (traumas, ansiedade, depressão)/campanhas de vacinação emergenciais/atendimento especializado a gestantes, idosos, pessoas com deficiência e crianças.

**Segurança Pública e Defesa Civil:** Resgate, salvamento e retirada de pessoas em risco/controlar e segurança em abrigos provisórios/garantia de segurança patrimonial (evitar saques e invasões). Mapeamento de áreas de risco e monitoramento contínuo/planos de contingência e simulados comunitários.

**Meio Ambiente:** Avaliação dos danos ambientais (solo, água, fauna e flora)./Recuperação das áreas degradadas/monitoramento da qualidade da água e ar./Educação ambiental para prevenção de novos desastres/criação de políticas de adaptação e mitigação às mudanças climáticas.

**Educação:** Continuidade das atividades escolares em espaços alternativos/Apoio pedagógico e psicológico a estudantes e professores/educação em emergências (currículos adaptados)/projetos de conscientização socioambiental e prevenção de riscos/formação de professores para lidar com situações traumáticas.

## **SERVIÇO SOCIAL E A ATUAÇÃO JUNTO ÀS CONSEQUÊNCIAS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS**

Essa discussão vai chegar para os círculos profissionais nos anos 90. Mas traz todo um contexto, uma trajetória acadêmica do socioambiental dentro da comunidade científica, mas, é claro que não se restringe a esses muros.

Sendo o Assistente Social o profissional que atua nos debates das expressões da questão social, essa categoria é inserida para atuar na área ambiental, mesmo ainda sendo um campo em construção devido a constante dialética em que a sociedade está engendrada. A crise ambiental contemporânea, marcada pela degradação dos ecossistemas, mudanças climáticas e injustiças socioambientais, afeta diretamente populações vulneráveis, ampliando desigualdades sociais. Nesse contexto, o assistente social é chamado a intervir de forma crítica e propositiva, articulando e propor políticas públicas sociais, no que tange a educação ambiental, gestão de riscos e promoção da justiça socioambiental.

A pesquisa do CFESS (2022), conforme tabela abaixo, revela que 0,33% de profissionais inseridos em espaço sócio-ocupacionais ligados ao Meio Ambiente e 0,23% no agrário, mas a temática pode estar sendo embutida em outra política setorial, como habitação, na regularização fundiária, para citar dois exemplos. Essa dispersão ocorre pela própria característica da crise ambiental, e o que se observa é um amplo leque de possibilidades para inserção.

O Brasil possui um forte acervo no que tange às mudanças climáticas, mas que pouco dialogam com a legislação social na proteção dos públicos menos favorecidos socioeconomicamente, ou grupos identitários. Lima *et al.* (2025), para citar um exemplo, traz um dado que revela como é importante olhar de forma contextualizada para a condição das mulheres:

Durante os desastres, muitas mulheres também não se destinam aos abrigos pelo medo de se afastar dos filhos e de bens domésticos. Além disso, as mulheres também podem sofrer com a falta de acesso a informações confiáveis sobre desastres naturais, que às vezes são transmitidas aos homens em ambientes públicos. Continuadamente, em algumas comunidades, as mulheres também são prejudicadas durante as

catástrofes por suas vestimentas restritivas que afetam sua mobilidade na hora de buscar socorro. As mulheres também dispõem de menos aparatos tecnológicos nas buscas por recursos de sobrevivência. Por isso, é tão importante o enfrentamento das desigualdades de gênero” (Lima *et al.*, 2025, p. 3).

E este é apenas um exemplo dentre os públicos atendidos pela profissão. O Serviço Social está sendo desafiado a uma compreensão de um quadro social que determinados usuários estão vivenciando, de forma mais ampla. Quanto mais conhecimento a respeito daquela realidade, melhor será para orientar e a tomada de decisão. Os assistentes sociais, em razão de baixa apropriação do tema, ainda não conseguem perceber os riscos socioambientais nas suas intervenções. Em geral, a análise é realizada sem criar uma conexão com possíveis desencadeadores de outros fenômenos sociais, de outras vulnerabilidades, que o usuário possa estar suscetível. A interface entre o projeto ético-político e a questão ambiental se dá, sobretudo, pela defesa de um modelo de desenvolvimento sustentável e inclusivo, que respeite os direitos coletivos e promova a participação popular. Entre os principais desafios para a consolidação da atuação do Serviço Social na área ambiental estão a formação profissional, a interdisciplinaridade e o reconhecimento institucional (Brasil, 1999).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O profissional do Serviço Social deve seguir tanto no âmbito privado quanto público, realizando uma leitura atenta da realidade, conforme pautado em seu projeto ético-político, seja em forma de pareceres sociais, estudos socioeconômicos, trabalhos de grupos, dentre outras atividades em situações que envolvam o contexto socioambiental. São instrumentais que perpassam a prática profissional da profissão, já apropriados historicamente em diversas subáreas de atuação.

Destaca-se que o Serviço Social se faz importante neste âmbito de garantia dos direitos da população durante todo o processo de construção, mediando e conciliando interesses que são, na maioria das vezes, antagônicos. Dessa forma, a

leitura e análise que o assistente social faz da realidade é muito importante, uma vez que as demandas individuais trabalhadas em campo podem gerar demandas coletivas, que devem ser levadas ao encontro de novas conquistas sociais.

De forma coletiva, estimular o fortalecimento dos movimentos sociais no bojo da sociedade, almejando a sustentabilidade da vida no planeta, visando à luta pela justiça climática.

Para que a atuação profissional se tome da pauta, no quesito Educação Ambiental, que atua e elabora Políticas Públicas Sociais, enfrenta as desigualdades sociais, debater com todo fundamento sobre os territórios, racismo ambiental, transição energética justa e constantes ações integradas com as diversas políticas públicas e categorias profissionais diversas.

A Agenda 2030 da ONU reforça que não há desenvolvimento sustentável sem justiça social. Isso significa que políticas sociais devem estar alinhadas a objetivos socioambientais, visando não apenas suprir carências imediatas, mas promover um futuro sustentável.

## REFERÊNCIAS

AVILA, Maria Roseli Rossi, MATTEDI, Marcos Antônio e SILVA, Maria Salete. Serviço Social e desastres: campo para o conhecimento e a atuação profissional. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 129, p. 343-365, maio/ago. 2017.

BEHRING, E., BOSCHETTI, I. **Política Social: Fundamentos e história**. Biblioteca Básica. São Paulo: Cortez, 2006.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Ambiental**. Planalto, 1999. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9795.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9795.htm) Acesso em 30 de abril de 2026.

BRASIL. **Política Nacional de Meio Ambiente**. Planalto, 1991. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L6938.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6938.htm) Acesso em 30 de abril de 2026.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Planalto. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) Acesso em 30 de abril de 2026.

CASTELS, Robert. **As metamorfoses da questão social**. RJ: Editora vozes, 1998.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Perfil de Assistentes Sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional**. Brasília: CFRSS, 2022.

GOIS, Rômulo Lima Silva de e VERGES, João Vitor Gobis. Crise climática e espécies ameaçadas: normatividade federal brasileira. **Veredas do Direito**, v.22, 2025.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

LIMA, Maria Valéria Chaves de *et al.* **Mudanças climáticas e mulheres: uma reflexão integrada entre gênero e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. [online]. Revista Brasileira de Enfermagem, 78, 2025. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/wZLpsBfkb8YDQnkJzvpncdN/?format=pdf&lang=pt>  
Acesso em 30 de abril de 2026.

MONTEIRO, Claudia Regina Tenório. **Participação Social e o Socioambiental: uma perspectiva para os empreendimentos econômicos**. São Paulo: UICLAP, 2023.

RODRIGUES, R. de A. et al. Sustentabilidade: conceito e desdobramentos nas organizações. **O Social em Questão**, v. 18, 2008.

SOUZA, Marcelo Lopes. Rebelde dentro da rebeldia: Carlos Walter Porto-Gonçalves, a geografia e as ecologias políticas. **GEOgraphia**, v. 26, n. 57, 2024.

ZHOURI, Andrea Luísa. A Re-volta da Ecologia Política: Conflitos Ambientais no Brasil. Resenha. **Ambiente & Sociedade**, v. 7, n. 2, dez 2004.

### **Claudia Regina Tenório Monteiro**

Assistente Social, formada bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mestre e Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Atua na docência superior e na área de Responsabilidade socioambiental do setor elétrico brasileiro.

### **Bruno Bernardo de Jesus**

Assistente Social, formado bacharel em Serviço Social pela Unigranrio. Atua na área socioambiental.

### **Cristiane Alacoque da Silva**

Assistente Social, formada bacharel em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Servidora pública municipal na área socioambiental.

### **João Gabriel Gama da Costa e Silva**

Bacharel em Direito pela Universidade FUMEC.

### **Regiane Paz Landim de Sousa**

Assistente Social, formada bacharel em Serviço Social pela Fundação Universidade do Tocantins. Servidora pública municipal na área socioambiental.